

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	5
5.3 - Descrição - Controles Internos	9
5.4 - Programa de Integridade	11
5.5 - Alterações significativas	14
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	15

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	16
10.2 - Resultado operacional e financeiro	36
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	39
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	42
10.5 - Políticas contábeis críticas	45
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	46
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	47
10.8 - Plano de Negócios	48
10.9 - Outros fatores com influência relevante	50

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A Companhia entende que uma efetiva gestão de riscos é fundamental para suportar o atingimento dos seus objetivos e para garantir a solidez e a continuidade dos seus negócios. Dessa forma, desenvolveu sua estratégia de gestão de riscos, destinada a promover diretrizes para gerenciar os riscos de suas atividades e negócios e assegurar o atingimento dos objetivos e das estratégias de negócio, identificando e comunicando tempestivamente a necessidade de adequação dos procedimentos operacionais, a fim de alinhar o nível de exposição aos riscos com as diretrizes da FERBASA.

A política de gerenciamento de riscos visa uma estrutura de controle compatível com as suas operações, buscando mensurar a exposição aos riscos e garantir que estes sejam adequadamente gerenciados, identificados, analisados, controlados e reportados de maneira eficiente e eficaz.

Esta política está em conformidade com as estratégias da Companhia e legislação vigente, sendo divulgadas a todos os colaboradores através do website da FERBASA.

Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

- a) **Política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A atual política de gerenciamento de riscos da Companhia foi validada pelo Comitê de Auditoria e aprovada pelo Conselho de Administração na data de 30/05/2016, e pode ser encontrada na intranet e website da FERBASA “www.ferbasa.com.br”.

- b) **Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos:**

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites, controles e monitoramento dos riscos.

A política e os sistemas de gerenciamento de riscos serão revisados frequentemente para refletir as mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

O foco é o gerenciamento de riscos (operacionais, estratégicos, riscos de mercado, financeiros, regulamentares/ jurídicos e ambientais), aplicando e utilizando ferramentas internacionais de gestão de riscos como a Metodologia de Gestão de Riscos – COSO. Os objetivos da política são:

- Identificação dos riscos inerentes do negócio para análise e mitigação;
- A estrutura de controles internos seja continuamente revisada, considerando os riscos existentes nos processos de negócio;
- Minimização dos conflitos de interesse;
- Aderência aos objetivos do processo de Gestão de Riscos por todos os funcionários;
- Compreensão das funções e as responsabilidades dos usuários-chave das áreas da Companhia;
- Os objetivos estratégicos da FERBASA sejam plenamente atendidos e alinhados com os critérios regulamentares vigentes dos segmentos em que atua.

- i) **riscos para os quais se busca proteção**

Os riscos da Companhia foram mapeados, considerando-se os riscos de mercado, e classificados em 05 categorias, para o comprometimento de todos os agentes envolvidos no processo, conforme abaixo:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Riscos Estratégicos;
- Riscos Financeiros;
- Riscos Regulamentares;
- Riscos Operacionais; e
- Riscos Ambientais.

ii) instrumentos utilizados para proteção

Atualmente, para os riscos identificados, foram definidos os seguintes instrumentos de proteção:

- Política de Gestão de Riscos da FERBASA;
- Política de Gestão de Risco Financeiro;
- Manual de Gestão Integrada de Riscos, contemplando os critérios e premissas de avaliação de riscos e controles internos;
- Utilização de metodologias e ferramentas para o processo de Gestão de Riscos da FERBASA;
- Procedimentos para elaboração e monitoramento de planos de remediação para os processos críticos e em andamento para os demais processos;
- Acompanhamento contínuo das contingências e legislações aplicáveis às atividades da Companhia (Mineração, Ambiental, Fiscal, Contábil, Energia, etc);
- Ferramentas e controles para manutenção da segurança da informação;
- Canais de comunicação com o Comitê de Conduta;
- Contratação de seguros. Para informações, ver o item 4.1. a. deste Formulário de Referência.

iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da FERBASA está em conformidade com as práticas de governança corporativa e busca o cumprimento da regulamentação vigente e o alinhamento às melhores práticas de gerenciamento de riscos.

O Conselho de Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

A gestão de riscos na FERBASA é coordenada pelo Comitê de Auditoria, com o envolvimento ativo da área de Gestão de Riscos e *Compliance* e gestores das áreas de negócio, conforme descrição a seguir:

Comitê de Auditoria: responsável por atividades de validação, acompanhamento e recomendações junto ao Conselho visando assegurar o equilíbrio, a transparência e a integridade das informações, nos seguintes termos:

- (i) Validar documentos como: Política de Gestão de Riscos, manual integrado de gestão de riscos;
- (ii) Avaliar e recomendar o plano de trabalho anual da área de Gestão de Riscos e *Compliance* ao Conselho de Administração;
- (iii) Acompanhar os Indicadores de Riscos;
- (iv) Avaliar os relatórios e resultados, bem como a criticidade dos riscos classificados pela gestão em linha com o apetite ao risco da Companhia;
- (v) Prover os direcionamentos necessários para execução das atividades.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Área de Gestão de Riscos e Compliance: responsável pela atividade de avaliação independente e de assessoramento da administração, voltada para o exame e avaliação da adequação, eficiência e eficácia dos sistemas de controles, baseado nos conceitos de risco de negócio. A área de Gestão de Riscos e *Compliance* é responsável pelas seguintes atividades:

- (i) Avaliar a adequação dos controles, conforme planos de trabalho anualmente aprovado pelo Conselho de Administração;
- (ii) Apresentar recomendações para minimizar riscos através do aprimoramento das estruturas de controle existentes, visando a redução do nível de exposição aos riscos, visando a redução do nível de exposição aos riscos;
- (iii) Monitorar a implementação dos planos de ação executados e gerenciados pelos gestores, como resultado dos itens (i) e (ii) acima;
- (iv) Apoiar aos gestores no monitoramento dos riscos de negócio na FERBASA;
- (v) Reportar ao Comitê de Auditoria a ocorrência de não conformidades, falhas, desvios, irregularidades e/ou ilegalidades observadas.

Para execução do plano de trabalho, é permitido o acesso a todas as áreas de negócio que compõem a FERBASA a seus respectivos dados e informações.

Gestores das áreas de negócio: responsáveis primários pela gestão de riscos, os gestores das diversas áreas de negócio da FERBASA atuam ativamente neste processo, através do:

- (i) Mapeamento prévio e monitoramento dos riscos, direta ou indiretamente, envolvidos nas operações sob sua gestão;
- (ii) Execução das suas atividades e decisões em linha com as premissas desta política ou outras diretrizes da FERBASA, de forma a minimizar a exposição da Companhia a riscos;
- (iii) Reporte periódico à GRC ou ao comitê de auditoria, dos riscos e eventos relevantes que afetem o grau de exposição e tolerância ao risco da FERBASA;
- (iv) Implantação dos planos de ação e monitoramento dos riscos, direta ou indiretamente, envolvidos nas operações sob sua gestão, de acordo com as deliberações tomadas em conjunto com a GRC, comitê de auditoria ou Alta Administração.

Esta estrutura permite a melhor sinergia entre a Alta Administração e as diversas áreas de negócio, de forma a possibilitar o adequado monitoramento dos riscos associados às operações da FERBASA.

c) **Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

A Companhia está sempre buscando aperfeiçoar sua estrutura operacional e de controles internos, de forma a verificar a efetividade da política adotada e possui uma matriz que especifica os papéis e responsabilidades no processo de Gestão de Riscos.

As responsabilidades foram divididas entre os seguintes agentes:

- Gestores das áreas de negócio;
- Diretoria Corporativa;
- Área de Gestão de Riscos e *Compliance*;
- Comitê de Auditoria;
- Conselho de Administração.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Esta segregação de funções e/ou monitorização das atividades entre os agentes permite à Companhia identificar os potenciais conflitos de interesse, minimização de riscos para limites dentro do apetite ao risco definido pela Alta Administração da FERBASA.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:

- a) **Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política;**

A atual Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia foi validada pelo Comitê de Auditoria e aprovada pelo Conselho de Administração na data de 30/05/2016, e pode ser encontrada na intranet e website da FERBASA "www.ferbasa.com.br".

Adicionalmente, a Companhia conta com uma Política de Gestão de Risco Financeiro, cuja revisão foi aprovada em 28/08/2020, que visa estabelecer regras voltadas à supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos financeiros, através da fixação de controles e limites.

- b) **Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado.**

As políticas de gerenciamento de risco de mercado da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

- i) **riscos de mercado para os quais se busca proteção**

A FERBASA está exposta ao comportamento de diversos fatores de risco de mercado que podem impactar seu fluxo de caixa e resultados. Considerando esses fatores de riscos, foram elaboradas políticas de riscos. Os principais riscos para os quais a Companhia busca proteção são: risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, risco de liquidez, risco de concentração, risco de preço de commodities e outros fatores de risco não financeiros.

- ii) **estratégia de proteção patrimonial (hedge)**

A Companhia utiliza instrumentos de hedge cambial para mitigação das oscilações do fluxo de caixa provenientes da volatilidade da taxa cambial.

- iii) **instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)**

A Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos de vendas de dólar norte-americano (US\$) a termo (NDF: Non-Deliverable Forward), Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC) e travas de exportação, conforme mencionado nas notas explicativas nº 6.4 e nº 22 das Demonstrações Financeiras de 2020, para minimizar os riscos envolvendo o impacto da flutuação cambial sobre a conversão dos seus preços de vendas, conforme Política de Gestão de Risco Financeiro, aprovada pelo Conselho de Administração.

De forma a minimizar o risco cambial, mas ainda mantendo determinada exposição à variação cambial, a Diretoria Executiva está autorizada a realizar contratos de venda de dólares a termo (NDF), Travas de Exportação e ACCs (Adiantamento de Contratos de Câmbio) até o limite de 20% do faturamento líquido dos próximos 12 meses, para proteger seus resultados e seu caixa, considerando o impacto que a volatilidade cambial tem sobre estes. Qualquer contratação adicional necessita da autorização do Conselho de Administração, conforme estabelecido na Política de Gestão de Risco Financeiro da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**iv) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**

A Política de Gestão de Risco Financeiro foi elaborada para reduzir os danos causados pelos riscos de mercado, ocasionados pelas flutuações de indexadores, taxas de mercado e preços internacionais, como a variação cambial (a moeda utilizada pela Companhia é o dólar norte-americano), juros, valor das Commodities, dentre outros, que impactam diretamente nos resultados da Companhia, sendo revisada pela Diretoria Executiva Financeira, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração.

Mantendo uma política conservadora, a Companhia realiza através de um cauteloso gerenciamento, o trabalho de identificação e mensuração dos riscos em prol da mitigação da vulnerabilidade da Companhia, conforme as diretrizes abaixo:

Risco Cambial

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às suas atividades operacionais (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia).

No caso dos instrumentos financeiros derivativos (NDF e travas de exportação), considera-se que o impacto de uma desvalorização do Real sobre estes instrumentos precisa ser avaliado em conjunto e, conseqüentemente, as mudanças da taxa de câmbio implicarão em oscilações tanto nas NDFs e travas de exportação, quanto no Faturamento indexado ao Dólar. Portanto, esta análise deverá acontecer sempre de forma integrada.

A Política de Gestão de Risco Financeiro da Companhia prevê um programa de hedge para o risco cambial proveniente de parte de seu faturamento, tanto no mercado externo, quanto no mercado interno.

Risco de Taxa de Juros

Como parte substancial das obrigações da Companhia é indexada a índices inflacionários pós-fixados (IPCA, IGPM, CDI e TJLP), as aplicações financeiras são mantidas indexadas ao CDI (taxa pós-fixada com influência de expectativa inflacionária).

Risco de Crédito

A Companhia limita a alocação das suas aplicações financeiras a cada emissor de letra financeira, debêntures ou títulos ao máximo de 30% do volume das aplicações. Este limite não se aplica para títulos emitidos pelo Tesouro Nacional. Nas operações de derivativos, a Companhia trabalha com instituições financeiras de primeira linha. O risco de crédito de clientes é monitorado e não há histórico material de perdas.

Risco de Liquidez

A Companhia adota o direcionamento de manter uma posição robusta em caixa e aplicações financeiras, de forma a fazer frente aos seus compromissos financeiros e operacionais. O montante mantido em caixa tem como objetivo honrar os desembolsos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

previstos no curso normal de suas operações, enquanto que o excedente é investido em aplicações financeiras de alta liquidez.

Os únicos passivos financeiros da Companhia com prazo de vencimento superior a 1 ano, e com liquidação em caixa, são os empréstimos e financiamentos.

(i) Cláusulas contratuais restritivas – “*covenants*”

A Companhia possui financiamentos os quais incluem cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento de performance de índices anuais, sob condição de antecipação do vencimento da dívida em caso de descumprimento dos *covenants*.

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a FERBASA atendeu o índice exigido nos contratos de financiamento (Finame) em que a razão entre dívida financeira líquida e o EBTIDA, consolidados, deverá ser menor ou igual a 2,5x durante todo o período de vigência dos contratos.

Especificamente à BW Guirapá e às Centrais Eólicas, é exigido manter, durante toda a vigência do contrato de financiamento do BNDES, o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) anual consolidado igual ou maior que 1,30, o qual foi atendido em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018. Além disso, têm como obrigações relevantes, cumprimento de prazos para iniciar e executar a operação comercial; apresentação ao BNDES das respectivas licenças de operações; manter-se em situação regular com os órgãos de meio ambiente, CCEE, à ANEEL, ao MME, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”) e/ou quaisquer outros órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Direta ou Indireta; bem como adotar medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho. Essas cláusulas foram atendidas em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

Além das cláusulas restritivas acima mencionadas a Companhia possui em seus contratos, cláusulas restritivas não financeiras que foram cumpridas na data base das demonstrações financeiras.

O quadro abaixo demonstra os saldos, custos e vencimentos dos empréstimos:

Modalidade	Vencimentos	Encargos (a.a.)	Amortização	Garantias	Saldo (R\$ mil)
FINAME	2021 a 2024	TJLP + 3,5% a 3,9%.	Mensal	Alienação fiduciária	4.779
FINEM	2022 a 2025	TJLP + 1,52% a 2,26%	Mensal	Hipoteca de terreno	22.156
NCE	2024	CDI + 0,70%	Anual	Histórico de Exportação	110.349
NCE	2021	CDI + 1,90%	Anual	Histórico de Exportação	27.599
CCB	2025	CDI + 3,58%	Anual	Clean	51.617
FINAME	2022 a 2024	2,5% a 6%	Mensal	Alienação fiduciária	4.185
ACC	2021	Variação Cambial + 3,12%	Anual	Histórico de Exportação	25.135
Total controladora					245.820
FINEM	2032	TJLP + 2,65%	Mensal	(*)	287.792
Total consolidado					533.612

(*) Financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) captado pela controlada BW Guirapá e suas controladas em 6 de outubro de 2015 para financiamento da construção dos parques eólicos. As garantias oferecidas para o pagamento da dívida foram: penhor das ações da BW Guirapá, penhor de direitos creditórios (contrato de O&M), penhor de direitos emergentes (autorização de produtora independente), penhor de máquinas e equipamentos (aerogeradores), cessão fiduciária de direitos creditórios (receitas de venda de energia e do CER, e constituição de contas reservas) e fiança bancária.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado***Risco do Preço de Commodities***

Refere-se à exposição às variações dos preços dos produtos finais (ligas), podendo alterar significativamente as margens operacionais da Companhia. A Administração entende que a exposição deste risco faz parte da natureza do seu negócio e, não há no momento, mecanismos ou instrumentos financeiros para a mitigação deste risco.

Risco de Concentração

A Companhia possui concentração de faturamento em alguns clientes, os quais foram representativos em 2020. No mercado interno, para o Ferrocromo, são os clientes Aperam Inox e Magoteux Brasil e, no mercado externo, para o Ferrossilício, Marubeni Corporation e CCMA. Eventuais reduções na demanda destes clientes poderão causar impactos significativos na capacidade de geração de caixa da Companhia.

- v) **se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos**

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos Financeiros que limita as operações com instrumentos financeiros derivativos, com o objetivo de proteção ("hedge") contra riscos de mercado para as flutuações das taxas de juros e cambial. A operação de derivativo utilizada pela FERBASA é NDF, além da utilização dos instrumentos Travas de Exportação e ACCs (Adiantamento de Contratos de Câmbio).

- vi) **estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado**

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos de mercado da FERBASA está em conformidade com as práticas de governança corporativa e busca o cumprimento da regulamentação vigente e o alinhamento às melhores práticas de gerenciamento de riscos.

O Conselho de Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

- c) **Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

A Companhia está sempre buscando aperfeiçoar sua estrutura operacional e de controles internos, de forma a verificar a efetividade da política adotada e possui uma matriz que especifica os papéis e responsabilidades no processo de Gestão de Riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Administração da Companhia avaliou a eficácia dos controles internos relacionados às demonstrações financeiras estabelecendo um processo de avaliação de controles internos com a aplicação de metodologia de mapeamento de processos e avaliação de riscos com identificação dos controles.

A FERBASA possui um Comitê de Auditoria, uma área de Auditoria Interna e de Controles Internos e Conselho Fiscal, estrutura, atualmente, necessária para gerenciar os riscos relacionados às demonstrações financeiras. A Administração considera que os controles internos adotados na elaboração de suas demonstrações financeiras são suficientes para assegurar a qualidade e confiabilidade das informações financeiras e respectivas divulgações, não tendo sido detectadas deficiências nos controles internos da Companhia que pudessem provocar erros materiais nas demonstrações financeiras. Adicionalmente, os auditores independentes da Companhia não identificaram distorções relevantes na elaboração das demonstrações contábeis.

b) estruturas organizacionais envolvidas

Os controles internos relacionados à elaboração de demonstrações financeiras são reportados para o Comitê de Auditoria, que é o órgão vinculado diretamente ao Conselho de Administração. As principais responsabilidades do Comitê de Auditoria são:

- Zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras;
- Supervisionar as atividades da área de elaboração das demonstrações financeiras;
- Avaliar os procedimentos adotados para o cumprimento das exigências legais e regulamentares;
- Avaliar a atuação e qualidade dos trabalhos de auditoria, bem como as questões de independência dos auditores independentes e da Auditoria Interna; e
- Analisar a qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos e emitir as recomendações pertinentes, conforme aplicável.

As avaliações do Comitê de Auditoria baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da Auditoria Interna, da área de Gestão de Riscos e Compliance e dos gestores das áreas de negócio.

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O resultado dos trabalhos do plano de controles internos previstos no exercício é reportado por meio de relatório ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração. Todas as deficiências possuem plano de ação, responsável e prazo, que são acompanhadas pela área de Gestão de Riscos e Auditoria Interna.

Adicionalmente, qualquer exceção observada nas atividades que possam impactar as demonstrações financeiras é reportada para o Comitê de Auditoria, tempestivamente pela área de Gestão de Riscos e Auditoria Interna para adoção das ações corretivas, em linha com as melhores práticas de controles internos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

Não houve comentários sobre deficiências significativas, nem recomendações significativas que pudessem impactar a avaliação da Administração da Companhia em relação à eficácia dos controles internos para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, com base no relatório do auditor independente (Deloitte Touche Tohmatsu).

- e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

Conforme indicado acima, não foram detectadas deficiências significativas relativas aos controles internos da Companhia pelo auditor independente.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui, regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas par a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas.

- Código de Conduta: define o modo como a FERBASA se relaciona com seus acionistas, clientes, fornecedores, sociedade e as demais partes envolvidas e/ou interessadas no seu negócio, e o que a Companhia espera de cada um dos seus colaboradores, independente do cargo ou função desempenhada.
- Comitê de Conduta Ética: atua na apuração, avaliação e investigação das denúncias de violação do Código de Conduta e recomendar as medidas cabíveis.
- Área de Gestão de Riscos e Compliance: responsável pela atividade de avaliação independente e de assessoramento da administração, voltada para o exame e avaliação da adequação, eficiência e eficácia dos sistemas de controles, baseado nos conceitos de risco de negócio.

ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

O Comitê de Conduta Ética é composto por três membros permanentes (um do RH, um da Gerência Jurídica e um da Segurança Empresarial), além de um representante transitório, de origem da área da pessoa envolvida. Eventualmente, membros da diretoria podem participar dos trabalhos, por solicitação do Comitê ou recomendação do representante do RH. O Comitê de Conduta Ética reporta todos os resultados ao Comitê de Auditoria.

O encaminhamento de comunicações relativas ao Código de Conduta (sugestões, dúvidas, denúncias, etc.) pode ser feito livremente, por qualquer pessoa, pelos canais abaixo:

• **RH:** e-mail rhconduta@ferbasa.com.br, ramais da área ou pessoalmente.

• **Superior imediato**

• **Comitê de Conduta Ética**, através do e-mail comiteconduta@ferbasa.com.br ou pelo telefone (71) 3404-3199.

A gestão do Código de Conduta cabe aos diretores e colaboradores, que devem zelar pelo seu cumprimento e adequação à realidade do ambiente de negócios da FERBASA. Ao Comitê de Conduta Ética cabe julgar os casos de violação de maior gravidade deste Código e recomendar as medidas cabíveis.

iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- *se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados*

O Código de Conduta se aplica a toda Companhia e reúne as diretrizes que devem permear a conduta e procedimentos cotidianos, além de refletir a visão da FERBASA na relação com as partes interessadas: acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores, sindicatos, comissões de fábrica, poder público e comunidade em geral.

- *se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema*

Todos os colaboradores são treinados em relação ao Código de Conduta no momento da admissão.

- *as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas*

A Companhia envida esforços significativos para prevenir condutas que não estejam de acordo com o Código de Conduta. A infração expõe o colaborador e/ou terceiro envolvido a medidas disciplinares administrativas (no caso de vínculo empregatício) bem como a implicações legais. Caso seja necessário, a Companhia poderá relatar a conduta indevida às autoridades legais competentes.

- *órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado*

Em 17 de janeiro de 2012, o Conselho de Administração aprovou o Código de Conduta para a Companhia. O Código está disponível na intranet para todos os colaboradores, bem como no site oficial da FERBASA:

http://www.ferbasa.com.br/conteudo_pti.asp?idioma=0&conta=45&tipo=56166.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

A Companhia possui um canal de denúncias, conforme disposto em seu Código de Conduta.

- *se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros*

O canal de denúncias da Companhia é administrado internamente pelo Comitê de Conduta Ética, que atua na apuração, avaliação, investigação das denúncias e recomendação de medidas cabíveis.

- *se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados*

O canal de denúncias da Companhia está disponível para denúncias internas e externas e pode ser acessado através do e-mail comiteconduta@ferbasa.com.br ou pelo telefone (71) 3404-3199.

- *se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa fé*

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Os colaboradores podem ou não se identificar na abertura da denúncia. É assegurada que identidade do autor de qualquer denúncia será preservada, bem como não serão toleradas retaliações ou punições contra os colaboradores ou terceiros denunciante.

- ***órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias***

O canal de denúncias da Companhia é administrado internamente pelo Comitê de Conduta Ética, que atua na apuração, avaliação, investigação das denúncias e recomendação de medidas cabíveis.

- c. **se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

Para todos os processos que envolvem fusões, aquisições ou reestruturações, são realizadas avaliações de riscos que abrangem as categorias de riscos jurídicos, ambientais, prediais, de mercado, políticos, financeiros e técnicos. Para suportar as avaliações, são contratadas consultorias especializadas para realização de *Due Diligence* das pessoas jurídicas envolvidas no processo.

- d. **caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido.**

Não aplicável.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Em 2020, não houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto e na política de gerenciamento de riscos adotada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As informações financeiras incluídas neste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressaltado, referem-se às nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, apresentadas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, plenamente convergentes com as normas de contabilidade emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria considera que as atuais condições financeiras e patrimoniais são favoráveis e tornam a Companhia apta a cumprir com suas obrigações de curto, médio e longo prazo. Essa afirmativa é baseada, principalmente, nos seguintes aspectos:

- Geração de lucros;
- Geração operacional de caixa;
- Estrutura de capital constituída predominantemente por recursos próprios;
- Baixa inadimplência de clientes.

b) Estrutura de capital

A atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação entre a participação do capital de terceiros e do capital próprio em 31 de dezembro de 2020, se apresenta adequada ao conjunto de suas operações.

O padrão de financiamento das operações da Companhia obedece às seguintes premissas: o capital de giro deve ser suportado por financiamentos de curto prazo, envolvendo preferencialmente, uma análise de redução de prazo de recebimento de clientes, dilatação de prazo de pagamentos a fornecedores e controle do nível dos estoques, quando possível. Enquanto que os investimentos em ativo imobilizado (manutenção e melhoria) devem ser suportados por financiamentos de longo prazo, considerando-se o nível de atratividade das taxas de mercado.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A FERBASA encerrou o ano de 2020 com uma dívida líquida de R\$ 122,1 milhões, ante uma dívida líquida de R\$ 256,8 milhões em 2019. Este resultado é influenciado pelo financiamento junto ao BNDES referente à BW Guirapá com saldo em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$ 287,8 milhões (até 2032, a um custo de TJLP + 2,65% a.a).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Conforme a política de risco financeiro, a relação dívida líquida sobre EBITDA deve ser no máximo de 1,5x, sendo cumprida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a Companhia cumpriu integralmente seus compromissos financeiros. Adicionalmente, a Companhia tem como alternativa, para sustentar projetos de expansão e aquisições, a obtenção de linhas de financiamentos de longo prazo. Considerando o cenário atual de mercado, acredita-se que estas linhas de financiamento continuarão disponíveis.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para capital de giro foram utilizados:

Fontes de capital de giro gerados pelas suas próprias operações, recursos próprios provenientes de reservas de retenção de lucros (reservas para investimentos e reservas de incentivos fiscais), e uma parcela de capital de terceiros.

A Companhia, de acordo com a Política de Gestão de Riscos Financeiros, poderá contratar financiamentos por via de programas FINAME, FINEM (BNDES), do FNE (Banco do Nordeste), além de outras linhas de financiamento adequadas para investimentos em ativos não-circulantes.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia, de acordo com a Política de Gestão de Riscos Financeiros, poderá contratar financiamentos de curto prazo para capital de Giro, como, ACCs ou Cédulas de Crédito Bancário, além de outras linhas de financiamento adequadas para capital de giro e investimentos em ativos não-circulantes.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas**i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

No final do exercício de 2020, existiam obrigações consolidadas decorrentes de financiamento, no valor de R\$ 533,6 milhões (R\$ 499,8 milhões, em 31/12/2019 e R\$ 402,7 milhões em 31/12/2018), sendo R\$ 4,9 milhões referentes a custo de captação – IOF referente ao financiamento BNDES da BW Guirapá (R\$ 5,4 milhões em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 5,9 milhões em 31 de dezembro de 2018), totalizando o saldo líquido de R\$ 528,7 milhões em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 494,4 milhões em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 396,8 milhões em 31 de dezembro de 2018).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Modalidade	Vencimentos	Encargos (a.a.)	Amortização	Garantias	Saldo (R\$ mil)
FINAME	2021 a 2024	TJLP + 3,5% a 3,9%.	Mensal	Alienação fiduciária	4.779
FINEM	2022 a 2025	TJLP + 1,52% a 2,26%	Mensal	Hipoteca de terreno	22.156
NCE	2024	CDI + 0,70%	Anual	Histórico de Exportação	110.349
NCE	2021	CDI + 1,90%	Anual	Histórico de Exportação	27.599
CCB	2025	CDI + 3,58%	Anual	Clean	51.617
FINAME	2022 a 2024	2,5% a 6%	Mensal	Alienação fiduciária	4.185
ACC	2021	Variação Cambial + 3,12%	Anual	Histórico de Exportação	25.135
Total controladora					245.820
FINEM	2032	TJLP + 2,65%	Mensal	(*)	287.792
Total consolidado					533.612

(*) Financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) captado pela controlada BW Guirapá e suas controladas em 6 de outubro de 2015 para financiamento da construção dos parques eólicos. As garantias oferecidas para o pagamento da dívida foram: penhor das ações da BW Guirapá, penhor de direitos creditórios (contrato de O&M), penhor de direitos emergentes (autorização de produtora independente), penhor de máquinas e equipamentos (aerogeradores), cessão fiduciária de direitos creditórios (receitas de venda de energia e do CER, e constituição de contas reservas) e fiança bancária.

Os montantes classificados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2020 têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Consolidado
2022	71.201
2023	68.868
2024	68.063
2025	34.543
2026 em diante	153.255
Total	395.930

Cláusulas contratuais restritivas – “covenants”

A Companhia possui financiamentos os quais incluem cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento de performance de índices anuais, sob condição de antecipação do vencimento da dívida em caso de descumprimento dos covenants.

Em 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Ferbasa atendeu o índice exigido nos contratos de financiamento (Finame) em que a razão entre dívida financeira líquida e o EBTIDA, consolidados, deverá ser menor ou igual a 2,5x durante todo o período de vigência dos contratos.

Especificamente à BW Guirapá e às Centrais Eólicas, é exigido manter, durante toda a vigência do contrato de financiamento do BNDES, o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) anual

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

consolidado igual ou maior que 1,30, o qual foi atendido em 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018. Além disso, têm como obrigações relevantes, cumprimento de prazos para iniciar e executar a operação comercial; apresentação ao BNDES das respectivas licenças de operações; manter-se em situação regular com os órgãos de meio ambiente, CCEE, à ANEEL, ao MME, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS") e/ou quaisquer outros órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Direta ou Indireta; bem como adotar medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho. Essas cláusulas foram atendidas em 31 de dezembro de 2020, em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 02 de abril de 2018, a Companhia adquiriu o Parque Eólico BW Guirapá junto à Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. e à Brazil Wind S.A. no montante de R\$489.184, dos quais R\$ 160.685 foi financiada com esses vendedores.

Em setembro de 2019, a Companhia liquidou antecipadamente o saldo devedor de R\$137.000, junto aos respectivos vendedores, o qual seria pago em 2 (duas) parcelas anuais (2020 e 2021), a um custo financeiro de CDI +1% a.a., sem incorrer em penalidades ou de qualquer compensação financeira e assumiu uma nova dívida, de mesmo valor, com o Banco Bradesco S.A., a ser paga em um prazo maior, 5 (cinco) parcelas anuais (2020 a 2024), a um custo financeiro menor de CDI +0,7% a.a. (vide nota explicativa nº 21 das Demonstrações Financeiras de 2019). Em 31 de dezembro de 2020, o saldo deste financiamento é R\$ 110.349.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas financeiras da Companhia.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Vide item "f) i."

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Os percentuais não utilizados dos financiamentos contratados referem-se aos contratos de FINEM florestal junto ao BNDES.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ano	Financiamentos contratados	Percentual utilizado	Valor utilizado
2020	R\$ 721,0 milhões	98%	R\$ 708,3 milhões
2019	R\$ 614,6 milhões	98%	R\$ 601,9 milhões
2018	R\$ 477,6 milhões	97%	R\$ 464,9 milhões

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras (em R\$ mil)**Resumo das Demonstrações Financeiras**

De acordo com a Administração, as demonstrações financeiras anuais, abaixo referidas, refletem a correta apresentação da posição patrimonial, financeira e de resultado de nossas operações para os referidos exercícios.

Apresentação das informações contábeis

A leitura e análise das demonstrações e demais informações contábeis a elas referenciadas, incluídas neste documento, devem considerar os seguintes aspectos quanto à elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de certos ativos imobilizados na data de transição para o CPC/IFRS, exceto para certos ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos de proteção cambial) e ativos biológicos que são mensurados ao valor justo.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 5 das Demonstrações Financeiras de 2020.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

Principais práticas contábeis

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores há 03 meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

A Companhia possui com bancos, emissores de primeira linha, fundos exclusivos de investimento, em linha com a nossa Política de Gestão de Riscos e Gestão Financeira, classificados como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras no ativo circulante e não circulante. A titularidade destes fundos é da Companhia e a rentabilidade da carteira encontra-se incluída nas notas explicativas nº 10 e 11 das Demonstrações Financeiras de 2020.

(b) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de produtos no curso normal de suas atividades, acrescidas de variação cambial quando denominadas em moeda estrangeira. Os prazos de recebimentos são de, no máximo, 33 dias. São, portanto, apresentadas no ativo circulante e reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado. As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa ("PECLD") são constituídas com base em análise individual dos valores a receber, considerando: (i) o conceito de perda incorrida e perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações financeiras, (ii) Instrumentos financeiros que tiveram aumento significativo no risco de crédito, nas não apresentam evidência objetiva de *impairment*, e; (iii) ativos financeiros que já apresentam evidência objetiva de *impairment* em 31 de dezembro 2020.

As PECLD foram constituídas em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em virtude da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes.

O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante devido ao curto prazo de sua realização

(c) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

estimados necessários para efetuar a venda.

O custo da madeira transferida dos ativos biológicos é o seu valor justo acrescido dos gastos com colheita e fretes.

Os saldos dos estoques são apresentados líquidos de perdas estimadas constituídas para cobrir eventuais perdas prováveis identificadas ou estimadas pela Administração.

(d) Adiantamento a fornecedores de energia elétrica

Os adiantamentos para esses fornecedores correspondem às antecipações por condições contratuais para garantia futura de entrega de energia. Os mesmos são classificados no ativo circulante ou não circulante, a depender do prazo de compensação, definidos em contratos previamente negociados. São inicialmente reconhecidos ao custo amortizado.

(e) Ativo biológico

Os ativos biológicos correspondem às florestas de eucalipto, as quais são destinadas à produção de biorredutor, utilizado como insumo básico na produção de ferroligas, além de venda de madeira não consumida para terceiros. O processo de colheita tem um ciclo aproximado de 07 (sete) anos, podendo variar a partir da cultura e material genético ao qual se refere. Os ativos biológicos são mensurados a valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita.

As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na nota explicativa nº 20 das Demonstrações Financeiras de 2020.

A avaliação destes ativos é feita anualmente pela Companhia, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos reconhecidos no resultado do período em que ocorrem, em linha específica da demonstração do resultado denominada "Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos". O valor da exaustão dos ativos biológicos é mensurado pelo volume de madeira cortada, avaliada por seu valor justo.

(f) Imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado são registrados ao custo histórico de aquisição, construção e custo atribuído deduzidos de depreciação acumulada.

A depreciação dos ativos inicia-se quando estão prontos para uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. É reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e imobilizações em andamento que não sofrem depreciação).

A exaustão das minas é calculada pela taxa correspondente à relação entre a quantidade de minério exaurido e a reserva lavrável estimada.

A baixa de um item do imobilizado ocorre após alienação. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações são determinados pela comparação com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado na conta "Outras (despesas) receitas operacionais – líquidas".

Imobilizações em andamento, para fins de fornecimento de produtos ou serviços são registradas ao valor de custo.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

(g) Arrendamentos

A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Direito de uso em arrendamento

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Arrendamentos a pagar

Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usam tanto na mensuração inicial quanto na remensuração taxas nominais observáveis.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

(h) *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros que têm vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de *impairment* em cada data do balanço e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Caso exista indicador, os ativos são testados para *impairment*.

Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGCs). Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, não foram identificados *impairment* para ativos não financeiros.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(i) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes por serem devidas em até 01 ano. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

(j) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida com base na legislação societária brasileira e no estatuto social da Companhia. No encerramento do balanço, o valor do dividendo mínimo obrigatório é registrado como passivo circulante na conta “dividendos e juros sobre capital próprio” por ser considerado como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia. A parcela dos dividendos que exceder ao mínimo obrigatório é apresentada na rubrica “dividendo adicional proposto”, no grupo “reservas de lucros” no patrimônio líquido. Uma vez aprovada pela assembleia geral, essa parcela é transferida para o passivo circulante.

A Companhia poderá antecipar aos seus acionistas, com base na legislação societária vigente e no seu Estatuto Social, os pagamentos de juros sobre o capital e/ou dividendos.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

(k) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício que difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é individualmente calculada pela Companhia e suas controladas com base nas alíquotas vigentes no final do exercício, considerando-se os benefícios fiscais concedidos pela SUDENE. A parcela de redução do imposto de renda correspondente a incentivos fiscais é reconhecida no resultado, mas transferida da conta lucros acumulados para reserva de lucros no encerramento do exercício por não poder ser distribuída aos acionistas.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Impostos diferidos ativos somente são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas, com base em projeções elaboradas e fundamentadas por premissas internas. Impostos diferidos passivos são integralmente reconhecidos, e os valores contabilizados e as projeções são periodicamente revisadas.

(l) Provisões

As provisões para fechamento da mina e para contingências (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente, ainda que não formalizada, como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A provisão para recuperação ambiental compreende os gastos representativos de fechamento de mina decorrentes da finalização das atividades. O custo de desmobilização de ativo equivalente à obrigação está capitalizado como parte do valor contábil do ativo, sendo amortizado pelo período de sua vida útil. As provisões para contingências são reconhecidas no resultado do exercício.

(m) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

(n) Benefícios a empregados

(i) Benefício pós-emprego

Para o plano de contribuição definida, a Companhia paga contribuições a plano de pensão de administração privada em bases contratuais ou voluntárias. A partir do cessamento das contribuições e prazos pactuados, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais.

A Companhia oferece benefício pós-emprego a funcionários por tempo de serviço prestado. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, estimando quantos empregados irão atingir este direito e descontando-se o montante a valor presente.

(ii) Benefício de assistência médica aposentadoria

A Companhia oferece benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados, em conformidade com os preceitos legais atinentes ao tema. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando-se a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários qualificados e independentes.

(iii) Prêmio de aposentadoria e multa FGTS – Acordos coletivos

Conforme acordos e convenções da Companhia, o empregado ao se aposentar na empresa, por invalidez, por tempo de serviço ou por velhice, fará jus a um prêmio no valor de 10% (dez por cento) do salário nominal para cada ano de serviço, limitado a 01 (um) salário nominal. Adicionalmente, o empregado optante pelo FGTS, ao ser aposentado em definitivo, e não permanecendo na Companhia na ocasião do desligamento, fará jus às verbas indenizatórias a que tem direito como se fosse desligado por conveniência da mesma. Para fazer jus a esses benefícios, o tempo de serviço prestado necessita ser superior a 05 (cinco) anos (Metalurgia) e de 08 (oito) anos (Mineração).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**(iv) Participações nos lucros**

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos lucros e resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada.

(o) Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Quando a Companhia compra suas ações (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), são deduzidos do patrimônio líquido atribuível aos acionistas até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

(p) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações dos arrendamentos entre empresas controladas. Também é reconhecido na linha de receita de vendas o resultado do incentivo fiscal do ICMS DESENVOLVE. Sobre este resultado não há incidência de PIS e COFINS. As controladas reconhecem a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado e fornecido valorizados ao preço contratado.

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e suas controladas; (iii) quando a Companhia transfere ao comprador o controle relacionado à propriedade dos produtos, ou seja, quando da efetiva entrega dos produtos; e (iv) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia e de suas controladas.

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando-se o método da taxa de juros efetiva e é reconhecida à medida que há expectativa de realização provável. Representam juros e variações monetárias e cambiais de aplicações financeiras, contas a receber, variação monetária e sobre provisões e juros sobre financiamentos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 35 das Demonstrações Financeiras de 2020.

(q) Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é representado pelo Conselho de Administração, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

(r) Subvenções governamentais

A Companhia possui subvenção governamental denominada de "ICMS - DESENVOLVE", reconhecida sistematicamente no resultado quando da sua apuração.

Os benefícios do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Bahia (ICMS DESENVOLVE), com a finalidade de expansão do processo industrial, objetivando o aumento da produção de ferroligas, estão pautados nos seguintes termos:

- (i) Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS nas importações e nas aquisições neste Estado, de bens destinados ao ativo fixo, para o momento em que ocorrer sua desincorporação;
- (ii) Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS nas aquisições em outra unidade da Federação relativamente ao diferencial de alíquotas, de bens destinados ao ativo fixo, para o momento em que ocorrer sua desincorporação;
- (iii) Dilação de prazo de 72 (setenta e dois) meses para pagamento do saldo devedor do ICMS, relativo às operações próprias, gerado em razão dos investimentos previstos no projeto incentivado, conforme estabelecido na Classe I, da Tabela I, anexa ao Regulamento do DESENVOLVE;
- (iv) Parcela do saldo devedor mensal do ICMS passível do incentivo, em o que exceder a R\$ 3.414, corrigido anualmente pelo IGPM;
- (v) Concessão do prazo de 12 (doze) anos para fruição dos benefícios, contados a partir da utilização da Resolução Concessiva nº 59/2015 do DOE;
- (vi) Sobre cada parcela do ICMS com prazo dilatado, incidirá taxa de juros de 80% (oitenta pontos percentuais) da TJLP ao ano ou outra que venha substituí-la, de acordo com a Tabela II, anexa ao Regulamento do DESENVOLVE;
- (vii) No que tange à dilação de prazo de 72 (setenta e dois) meses, ocorrendo a antecipação do recolhimento da parcela com prazo dilatado, a Companhia terá como benefício um desconto de 90% (noventa por cento) sobre o valor passível de dilação, devendo recolher os 10% (dez por cento) restantes a título de ICMS. A parcela do desconto está sendo registrada na rubrica "Receita líquida de vendas";
- (viii) A Lei 13.564, de 20 de junho de 2016, estabeleceu a obrigatoriedade de depósito, em favor do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza, instituído pela Lei nº 7.988, de 21 de dezembro de 2001, do valor correspondente a 10% (dez por cento) inerente ao respectivo incentivo ou benefício, sob pena de perda deste, em caso de descumprimento. O Estado da Bahia regulamentou através do Decreto nº 16.970 de 19 de agosto de 2016, os procedimentos a serem adotados no cálculo e recolhimento do valor do depósito. A Companhia cumpre as determinações previstas na legislação em vigor.

(s) Consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, bem como de fundos exclusivos mensurados de acordo com os critérios divulgados na nota explicativa nº 7. A divulgação acerca dos percentuais de participação da Companhia em cada uma de suas controladas encontra-se divulgado na nota explicativa nº 18 das Demonstrações Financeiras de 2020.

A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis em decorrência de seu envolvimento com a entidade e é capaz de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a mesma.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

No processo de consolidação, os saldos das contas patrimoniais e das contas de resultado correspondentes a transações realizadas com empresas controladas são eliminados, bem como, os ganhos e perdas não realizados e os investimentos nessas controladas e seus respectivos resultados de equivalência patrimonial.

As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Demonstrações do Resultado, Balanços Patrimoniais e Demais Informações Financeiras

Seguem abaixo as demonstrações de resultados, nossos balanços patrimoniais e demais informações financeiras consolidadas para os exercícios indicados, preparadas de acordo com a legislação vigente:

Demonstração do resultado consolidado para os exercícios indicados (em milhares de reais).

	Consolidado			Variação				
	31/12/2020		31/12/2019		31/12/2018	2020/2019	2019/2018	
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	1.622.019	100%	1.279.550	100,0%	1.381.056	100%	26,8%	-7,3%
Custo dos produtos vendidos	(1.224.333)	-75%	(1.063.051)	-83,1%	(920.601)	-67%	15,2%	15,5%
Variação do valor justo dos ativos biológicos	46.211	3%	41.983	3,3%	22.266	2%	10,1%	88,6%
LUCRO BRUTO	443.897	27%	258.482	20,2%	482.721	35%	71,7%	-46,5%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS								
Com vendas	(20.139)	-1%	(13.693)	-1,1%	(10.884)	-1%	47,1%	25,8%
Gerais e administrativas	(109.082)	-7%	(127.411)	-10,0%	(135.923)	-10%	-14,4%	-6,3%
Outras receitas (despesas) operacionais	(35.779)	-2%	61.864	4,8%	39.660	3%	-157,8%	56,0%
	(165.000)	-10%	(79.240)	-6,2%	(107.147)	-8%	108,2%	-26,0%
LUCRO OPERACIONAL	278.897	17%	179.242	14,0%	375.574	27%	55,6%	-52,3%
RESULTADO FINANCEIRO								
Receitas financeiras	66.690	4%	143.160	11,2%	48.920	4%	-53,4%	192,6%
Despesas financeiras	(273.722)	-17%	(67.022)	-5,2%	(74.594)	-5%	308,4%	-10,2%
	(207.032)	-13%	76.138	6,0%	(25.674)	-2%	-371,9%	-396,6%
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCR	71.865	4%	255.380	20,0%	349.900	25%	-71,9%	-27,0%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL								
Isenção e redução	6.263	0%	31.980	2,5%	50.634	4%	-80,4%	-36,8%
Correntes	(11.326)	-1%	(47.543)	-3,7%	(81.085)	-6%	-76,2%	-41,4%
Diferidos	3.212	0%	(18.284)	-1,4%	(10.261)	-1%	-117,6%	78,2%
	(1.851)	0%	(33.847)	-2,6%	(40.712)	-3%	-94,5%	-16,9%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	70.014	4%	221.533	17,3%	309.188	22%	-68,4%	-28,4%
Lucro atribuído aos acionistas controladores	69.772	4%	221.176	17,3%	308.799	22%	-68,5%	-28,4%
Lucro atribuído aos acionistas não controladores	242	0%	357	0,0%	389	0%	-32,2%	-8,2%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Balanços Patrimoniais levantados em 2020, 2019 e 2018**

As tabelas abaixo apresentam um resumo dos Balanços Patrimoniais consolidados, bem como as variações ocorridas nos períodos apresentados:

ATIVO	Consolidado						Variação	
	31/12/2020		31/12/2019		31/12/2018		2020/2019	2019/2018
CIRCULANTE								
Caixa e equivalentes de caixa	90.497	3,2%	73.721	2,7%	182.113	6,8%	22,8%	-59,5%
Aplicações financeiras	191.837	6,8%	100.633	3,7%	110.132	4,1%	90,6%	-8,6%
Contas a receber de clientes	154.729	5,5%	97.445	3,5%	135.943	5,1%	58,8%	-28,3%
Estoques	285.987	10,2%	338.357	12,3%	313.126	11,8%	-15,5%	8,1%
Tributos a recuperar	30.073	1,1%	52.389	1,9%	18.506	0,7%	-42,6%	183,1%
Despesas antecipadas	452	0,0%	2.564	0,1%	3.272	0,1%	-82,4%	-21,6%
Adiantamentos a fornecedores	11.856	0,4%	14.292	0,5%	13.356	0,5%	-17,0%	7,0%
Instrumentos financeiros de proteção cambial	-	0,0%	1.742	0,1%	25.087	0,9%	-100,0%	-93,1%
Outros ativos	9.312	0,3%	12.610	0,5%	8.873	0,3%	-26,2%	42,1%
Total do ativo circulante	774.743	27,5%	693.753	25,3%	810.408	30,5%	11,7%	-14,4%
NÃO CIRCULANTE								
Adiantamento a fornecedores	4.993	0,2%	16.530	0,6%	30.697	1,2%	-69,8%	-46,2%
Impostos diferidos	129.076	4,6%	-	0,0%	-	0,0%	0,0%	0,0%
Aplicações financeiras	4.542	0,2%	68.649	2,5%	78.930	3,0%	-93,4%	-13,0%
Estoques	165.051	5,9%	380	0,0%	377	0,0%	43334,5%	0,8%
Tributos a recuperar	14.637	0,5%	177.324	6,5%	5.422	0,2%	-91,7%	3170,5%
Depósitos judiciais	43.152	1,5%	40.844	1,5%	12.041	0,5%	5,7%	239,2%
Instrumentos financeiros de proteção cambial	-	0,0%	1.594	0,1%	-	0,0%	100,0%	0,0%
Outros créditos	708	0,0%	735	0,0%	545	0,0%	-3,7%	34,9%
Total do ativo não circulante	362.159	12,9%	306.056	11,1%	128.012	4,8%	18,3%	139,1%
Total do ativo	2.042.444	72,5%	2.052.691	74,7%	1.849.502	69,5%	-0,5%	11,0%
TOTAL DO ATIVO	2.817.187	100,0%	2.746.444	100,0%	2.659.910	100,0%	2,6%	3,3%
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
CIRCULANTE								
Fornecedores	73.890	2,6%	69.298	2,5%	61.084	2,3%	6,6%	13,4%
Empréstimos e financiamentos	132.729	4,7%	71.920	2,6%	44.071	1,7%	84,6%	63,2%
Obrigações com aquisição de controlada	73.080	2,6%	-	0,0%	39.554	1,5%	100,0%	100,0%
Obrigações trabalhistas e atuariais	47.805	1,7%	62.273	2,3%	75.131	2,8%	-23,2%	-17,1%
Impostos e contribuições sociais	15.483	0,5%	10.787	0,4%	22.968	0,9%	43,5%	-53,0%
Conta ressarcimento CCEE	19.335	0,7%	3.343	0,1%	1.002	0,0%	478,4%	100,0%
Provisão para passivo ambiental	-	0,0%	579	0,0%	1.656	0,1%	-100,0%	100,0%
Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	32.884	1,2%	5.308	0,2%	8.454	0,3%	519,5%	-37,2%
Arrendamentos a pagar	21.188	0,8%	21.179	0,8%	-	0,0%	100,0%	0,0%
Outros passivos	7.845	0,3%	11.364	0,4%	6.153	0,2%	-31,0%	84,7%
Total do passivo circulante	424.239	15,1%	256.051	9,3%	260.073	9,8%	65,7%	-1,5%
NÃO CIRCULANTE								
Empréstimos e financiamentos	395.930	14,1%	422.477	15,4%	352.744	13,3%	-6,3%	19,8%
Instrumentos financeiros de proteção cambial	14.687	0,5%	-	0,0%	-	0,0%	100,0%	0,0%
Obrigações com aquisição de controlada	4.978	0,2%	7.262	0,3%	137.182	5,2%	-31,5%	100,0%
Obrigações trabalhistas e atuariais	94.928	3,4%	86.723	3,2%	67.586	2,5%	9,5%	28,3%
Impostos e contribuições sociais	87	0,0%	87	0,0%	87	0,0%	0,0%	0,0%
Impostos diferidos	-	0,0%	19.565	0,7%	12.210	0,5%	-100,0%	100,0%
Conta ressarcimento CCEE	12.247	0,4%	5.447	0,2%	8.334	0,3%	124,8%	100,0%
Provisões para contingências	55.464	2,0%	60.553	2,2%	51.445	1,9%	-8,4%	17,7%
Provisão para passivo ambiental	22.848	0,8%	22.889	0,8%	21.134	0,8%	-0,2%	8,3%
Arrendamentos a pagar	19.954	0,7%	27.217	1,0%	-	0,0%	100,0%	0,0%
Total do passivo não circulante	621.123	22,0%	652.220	23,7%	650.722	24,5%	-4,8%	0,2%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Capital social	1.225.444	43,5%	1.225.444	44,6%	1.225.444	46,1%	0,0%	0,0%
Reservas de lucros	602.490	21,4%	608.864	22,2%	498.861	18,8%	-1,0%	22,1%
Ajustes de avaliação patrimonial	(36.605)	-1,3%	23.553	0,9%	44.770	1,7%	-255,4%	-47,4%
Ações em tesouraria	(25.754)	-0,9%	(25.754)	-0,9%	(25.754)	-1,0%	0,0%	0,0%
Patrimônio líquido dos acionistas controladores	1.765.575	62,7%	1.832.107	66,7%	1.743.321	65,5%	-3,6%	5,1%
Participação dos acionistas não controladores	6.250	0,2%	6.066	0,2%	5.794	0,2%	3,0%	4,7%
Total do patrimônio líquido	1.771.825	62,9%	1.838.173	66,9%	1.749.115	65,8%	-3,6%	5,1%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.817.187	100,0%	2.746.444	100,0%	2.659.910	100,0%	2,6%	3,3%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Comparação dos resultados operacionais e financeiros nos exercícios sociais findos em 2020 e 2019**

<i>(Em milhões de Reais)</i>	2020	2019	<i>Δ%</i>
Dólar médio praticado	5,11	3,93	30,0%
Receita líquida	1.622,0	1.279,5	26,8%
Custo dos produtos vendidos	1.224,3	1.063,0	15,2%
<i>Custo sobre receita líquida</i>	<i>75,5%</i>	<i>83,1%</i>	
EBITDA ajustado	406,8	241,7	68,3%
Margem EBITDA	25,1%	18,9%	
CAPEX	52,9	116,2	54,5%
Lucro Líquido	70,0	221,5	-68,4%
<i>Margem de lucro</i>	<i>4,3%</i>	<i>17,3%</i>	

Produção – Foram produzidas 296,4 mil toneladas de ferroligas, um acréscimo de 27,0% em relação a 2019, sendo que as ligas de cromo avançaram 47,1%, enquanto as ligas de silício recuaram 1,4% no mesmo período. No 4T20, a produção retrocedeu 7,7% em comparação ao 3T20. Importante notificar que uma parcela dessa produção é consumida internamente, como insumo, na produção de outras ligas.

Volume de Vendas – Foram comercializadas 268,1 mil toneladas de ferroligas, volume 20,4% superior a 2019. O resultado foi influenciado tanto pelo incremento de 59,3% nas vendas para o mercado externo, quanto pela retração de 9,9% nos volumes destinados ao mercado interno. Vale enfatizar que as quantidades totais transacionadas no 4T20 aumentaram 25,7% em comparação ao 3T20.

Receita Líquida – A receita líquida totalizou R\$ 1.622,0 milhões, perfazendo um acréscimo de 26,8% quando comparado a 2019. Esse resultado decorre da valorização de 30,0% no dólar médio praticado, do crescimento de 20,4% no volume de vendas e da redução de 14,4% no preço médio, em dólar, dos principais produtos da FERBASA.

Custo dos Produtos Vendidos – O CPV totalizou R\$ 1.224,3 milhões, agregando um aumento de 15,2% em comparação com 2019, impactado majoritariamente pela variação positiva de 20,4% no volume de vendas. Adicionalmente, a relação de 71,3% do CPV das ferroligas sobre suas respectivas receitas líquidas em 2020 demonstra uma melhora quando comparada aos 77,9% alcançados em 2019.

Despesas com Vendas e Gerais/Administrativas – As despesas com vendas totalizaram R\$ 20,1 milhões, com acréscimo de 46,7% em relação ao ano anterior, influenciadas pela expansão das exportações de ferroligas e minério de cromo. Já as despesas gerais/administrativas totalizaram R\$ 109,1 milhões, com redução de 14,4% quando comparadas a 2019, em função da redução das provisões para participação nos resultados, que são calculadas sobre o lucro, e do maior controle de dispêndios. Como resultado, o total das despesas com vendas e gerais/administrativas recuou R\$ 11,9 milhões, uma queda de 8,4% frente a 2019.

Outras Despesas/Receitas Operacionais – A linha outras despesas/receitas operacionais apresentou um resultado líquido negativo de R\$ 35,8 milhões, em oposição ao resultado positivo de R\$ 61,8 milhões em 2019, quando houve registro do crédito de R\$ 116,1 milhões proveniente do trânsito em julgado da ação para exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

EBITDA Ajustado – Foi registrada uma geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA, de R\$ 406,8 milhões, equivalentes a 25,1% de margem EBITDA (R\$ 49,5 milhões relativos ao parque eólico BWG), registrando um aumento de 68,3% em comparação a 2019, cujo EBITDA atingiu o montante de R\$ 241,7 milhões, e margem de 18,9%, dos quais R\$ 65,1 milhões referentes à BWG.

Geração/Consumo de Caixa – A geração de caixa e equivalentes de caixa e de aplicações financeiras foi de R\$ 168,4 milhões, finalizando o período com o saldo consolidado de R\$ 411,4 milhões. Essa evolução permitiu a redução de 52,5% na dívida líquida, em comparação à posição de 2019. Vale destacar o esforço realizado ao longo do ano no controle sobre a evolução da necessidade de capital de giro.

Resultado Financeiro e Hedge Cambial – O resultado financeiro foi negativo em R\$ 207,0 milhões, fortemente influenciado pelo resultado negativo de R\$ 184,7 milhões em operações com instrumentos de Hedge Cambial. Entretanto, a mesma desvalorização cambial que impactou positivamente o faturamento de ferroligas e de minério de cromo gerou um resultado financeiro negativo sobre a parcela desse faturamento coberta pelos contratos de hedge cambial.

CAPEX – Em 2020, foram investidos R\$ 52,9 milhões, um decréscimo de 54,5% em relação ao realizado em 2019, como consequência das medidas adotadas pela Companhia para fazer frente ao cenário mercadológico desafiador provocado pela pandemia. Essa contenção de investimentos foi realizada de forma criteriosa, de modo a não colocar em risco a operação das unidades de negócio ou a qualidade de nossos produtos.

Lucro Líquido – O lucro líquido consolidado em 2020 totalizou R\$ 70,0 milhões (R\$ 69,8 milhões atribuídos ao controlador e R\$ 0,2 milhões atribuídos aos não controladores), representando uma redução de 68,4% em relação a 2019. Esse resultado foi influenciado pelos efeitos supracitados, que serão detalhados nas seções seguintes deste relatório. Vale lembrar que o lucro líquido de 2019, foi positivamente impactado em R\$ 197,1 milhões (sendo o efeito líquido de R\$ 133,1 milhões), em função do trânsito em julgado da ação para exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

Proventos – Mantendo-se como pagadora regular de proventos aos acionistas, a Companhia deliberou pela distribuição de proventos num montante bruto de R\$ 76,5 milhões em 2020, proporcionando uma distribuição do lucro (payout) de 109% e uma rentabilidade para o acionista (dividend yield) na ordem de 5,0%.

Outras informações e medidas não contábeis

O EBITDA não é uma medida definida pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade e representa o lucro do exercício apurado antes dos juros, do Imposto de Renda, da contribuição social, da depreciação, da amortização e da exaustão. A FERBASA apresenta o seu EBITDA ajustado de acordo com a Instrução CVM 527/12, com adição ou exclusão do ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS, reversão do efeito líquido do valor justo dos ativos biológicos e constituição (reversão) de provisão para contingências e recebimento de seguros. Em razão de sua relevância, os valores não recorrentes foram devidamente ajustados, conforme demonstrado a seguir.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(Em milhões de Reais)	2020	2019	Δ%
Lucro líquido	70,0	221,5	-68,4%
(+/-) Resultado financeiro líquido	22,3	(50,0)	
(+/-) Resultado hedge	184,7	(26,1)	
(+/-) IRPJ/CSLL	1,8	33,8	-94,7%
(+/-) Depreciação, amortização, exaustão e mais valia (1)	150,2	147,9	1,6%
EBITDA	429,0	327,1	31,2%
(+/-) Provisão para contingências e outros (2)	(5,6)	8,1	
(+/-) Exclusão ICMS base PIS e COFINS (3)	-	(94,1)	
(+/-) Efeito líquido do valor justo de ativos biológicos (4)	(14,2)	0,6	-92,4%
(+/-) Recebimento de sinistro de seguro (5)	(2,4)	-	
EBITDA ajustado	406,8	241,7	68,3%
Margem EBITDA	25,1%	18,9%	

(1) Efeito da depreciação e amortização do ativo imobilizado e do direito de uso reconhecidos no resultado (Nota 19 das Demonstrações Financeiras de 2020), além da exaustão do custo histórico do ativo biológico (Nota 20 das Demonstrações Financeiras de 2020) e da realização da mais-valia (Nota 19 das Demonstrações Financeiras de 2020).

(2) Efeito líquido da provisão para contingências em decorrência da constituição de novos processos e as reversões do período (Nota 28 das Demonstrações Financeiras de 2020).

(3) Efeito da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS que não contempla a atualização monetária e dos impostos de renda e contribuição social que estão apresentados no resultado financeiro líquido e IRPJ/CSLL, respectivamente (Nota 14 das Demonstrações Financeiras de 2020). O valor está líquido do PIS/COFINS, assessoria jurídica e PLR (participação nos lucros e resultados) proporcional.

(4) Efeito líquido entre a variação do valor justo do período (preço/crescimento) e o valor justo da exaustão (venda/consumo) – vide Nota 20 das Demonstrações Financeiras de 2020.

(5) Refere-se ao recebimento de sinistro de seguros pela quebra de alguns gearboxes na BWG.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Comparação dos resultados operacionais e financeiros nos exercícios sociais findos em 2019 e 2018**

<i>(Em milhões de Reais)</i>	2019	2018	<i>Δ%</i>
Dólar médio praticado	3,93	3,61	8,9%
Receita líquida	1.279,5	1.381,1	-7,4%
Custo dos produtos vendidos	1.063,0	920,6	15,5%
<i>Custo sobre receita líquida</i>	<i>83,1%</i>	<i>66,6%</i>	
EBITDA ajustado	241,7	430,4	-43,6%
Margem EBITDA	18,9%	31,2%	
CAPEX	116,2	91,3	27,3%
Dividendos/JSCP	111,2	96,6	15,1%
Geração (consumo) de caixa e equivalente de caixa	(108,4)	76,4	
Lucro Líquido	221,5	309,2	-28,4%
<i>Margem de lucro</i>	<i>17,3%</i>	<i>22,4%</i>	

Produção – Foram produzidas aproximadamente 233,4 mil toneladas de ferroligas em 2019, representando um decréscimo de 11,5% em relação a 2018. As ligas de cromo recuaram 21,9%, enquanto que as de silício avançaram 9,1%.

Volume de Vendas – Foram comercializadas 222,6 mil toneladas de ferroligas em 2019, um recuo de 1,5% em relação a 2018, resultado influenciado pelo fraco desempenho do mercado interno, e compensado pelo aumento de 28,6% nas vendas para o mercado externo. Além disso, considerando o consumo interno de algumas ferroligas para a produção de outras, registramos em 2019 uma redução de 20,4% no saldo em estoque de produtos acabados (vide nota explicativa nº 12 das Demonstrações Financeiras de 2019).

Receita Líquida – A receita líquida totalizou R\$ 1.279,5 milhões em 2019, representando um decréscimo de 7,4% em relação a 2018. Esse resultado foi impactado pelas reduções de 1,5% no volume de vendas e de 17,3% no preço médio ponderado em dólar de nossos principais produtos. Por sua vez, a valorização de 8,9% no dólar médio praticado gerou um efeito compensatório. Vale lembrar, que a receita advinda do Complexo Eólico BW Guirapá participa integralmente dos valores consolidados da FERBASA em 2019, enquanto, em 2018, isso ocorreu a partir do 2T18.

Custo dos produtos vendidos – Em 2019, o CPV totalizou R\$ 1.063,0 milhões, registrando um aumento de 15,5% em comparação com 2018, impactado pela incorporação da BW Guirapá (BWG), a partir do 2T18, e pelas elevações nos custos de energia e matérias-primas estratégicas. Considerandose apenas a relação do CPV das ferroligas sobre sua respectiva receita líquida (%), os resultados obtidos são de 77,9% para 2019 e 65,1% para 2018.

Despesas com Vendas e Geais/Administrativas – As despesas com vendas registraram um acréscimo de 25,7%, enquanto as despesas gerais/administrativas recuaram 6,3% com relação a 2018, em decorrência da redução das provisões sobre o lucro e maior controle de dispêndios. As despesas com vendas foram impactadas pelo crescimento das exportações de ferroligas e minério de cromo.

Exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS/COFINS – Conforme já comunicado pela Companhia, após o trânsito em julgado da ação referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, aferimos a receita de R\$ 197,1 milhões (sendo o efeito líquido de R\$ 133,1 milhões), segregada em R\$ 116,1 milhões referente ao valor do principal em Outras Despesas/Receitas Operacionais, e R\$ 81,0

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

milhões atinente à respectiva atualização monetária registrada no resultado financeiro. O pedido de habilitação do crédito foi deferido pela Receita Federal em dezembro de 2019.

Outras Despesas/Receitas Operacionais – A linha outras (despesas) receitas operacionais apresentou um resultado líquido positivo de R\$ 61,9 milhões, frente ao resultado positivo de R\$ 39,7 milhões registrado em 2018. Esse crescimento ocorreu devido ao crédito de R\$ 116,1 milhões (valor do principal), referente ao trânsito em julgado da ação de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS.

EBITDA Ajustado – Registramos uma geração operacional de R\$ 241,7 milhões em 2019, equivalente a 18,9% de margem EBITDA, sendo R\$ 65,1 milhões correspondentes ao parque eólico BWG. O EBITDA apresentou uma redução de 43,8% frente a 2018, quando atingiu o montante de R\$ 430,4 milhões e margem de 31,2%.

Resultado Financeiro e Hedge – Em 2019, o resultado financeiro foi positivo em R\$ 76,1 milhões, influenciado pelo resultado de R\$ 26,1 milhões, referente às operações liquidadas de Hedge Cambial; pelo registro da atualização monetária de R\$ 81,0 milhões, correspondente ao trânsito em julgado da ação de exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e da COFINS; e, também, pelo resultado financeiro da BW Guirapá, que foi negativo em R\$ 26,4 milhões.

Geração/Consumo de Caixa – Foi consolidado um consumo de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 108,4 milhões, influenciado pela redução do lucro, pelos investimentos e pela distribuição de proventos. Além disso, merecem atenção os juros pagos e a amortização de empréstimos da BW Guirapá junto ao BNDES. Adicionalmente, realizamos a permuta vantajosa do financiamento de aquisição do Complexo Eólico BWG. Para tanto, quitamos antecipadamente o saldo devedor junto ao Santander e à Brazil Wind, no valor de R\$ 137,0 milhões, montante que seria pago em 02 (duas) parcelas anuais (2020 e 2021), a um custo financeiro de CDI +1% a.a., sem incorrer em penalidades. Em paralelo, contraímos uma nova dívida no mesmo valor junto ao Banco Bradesco S.A., ao custo financeiro de CDI +0,7% a.a., a qual será paga em 05 (cinco) parcelas anuais (2020 a 2024). Finalizamos o ano com o saldo consolidado de caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira de R\$ 243,0 milhões. O aumento de 26,8% na dívida líquida consolidada foi ocasionado, principalmente, pelo consumo de caixa e equivalentes de caixa e de aplicações financeiras da ordem de R\$ 128,2 milhões durante o ano de 2019.

Lucro Líquido – O lucro de 2019 totalizou R\$ 221,5 milhões, representando uma redução de 28,4% em relação a 2018. O resultado de 2019 foi majoritariamente impactado: (i) pelo efeito líquido do provisionamento da receita referente ao trânsito em julgado sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS; (ii) pela valorização de 8,9% no dólar médio praticado; (iii) pelo resultado positivo das operações de hedge cambial; (iv) pela queda de 1,5% do volume de vendas; (v) pela redução de 17,3% no preço médio ponderado em dólar de nossos principais produtos; (vi) pelo aumento dos custos de produção; e (vii) pelo prejuízo de R\$ 2,5 milhões da BW Guirapá.

Capex – O montante relativo aos investimentos alcançou R\$ 116,2 milhões, representando um aumento de 27,3% em relação aos números de 2018. Este total engloba também os investimentos pontuais e estratégicos aprovados e iniciados em 2018, mas que tiveram parte de sua realização executada em 2019. Cabe destacar que este valor não considera a aquisição da controlada BW Guirapá I, cujo investimento foi de R\$ 489 milhões.

Outras informações e medidas não contábeis

O EBITDA não é uma medida definida pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade e representa o lucro do exercício apurado antes dos juros, do Imposto de Renda, da contribuição social, da depreciação, da amortização e da exaustão. A FERBASA apresenta o seu EBITDA ajustado de acordo

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

com a Instrução CVM 527/12, com adição ou exclusão do valor justo de ativos biológicos, a perda (ganho) na baixa de ativo imobilizado e constituição (reversão) de provisão para contingências. Em razão de sua relevância, os valores não recorrentes foram devidamente ajustados, conforme demonstrado a seguir.

(Em milhões de Reais)	2019	2018	Δ%
Lucro líquido	221,5	309,2	-28,4%
(+/-) Resultado financeiro líquido	(50,0)	10,6	
(+/-) Resultado hedge	(26,1)	15,2	
(+/-) IRPJ/CSLL	33,8	40,7	-17,0%
(+/-) Depreciação, amortização, exaustão e mais valia (1)	147,9	117,9	25,4%
EBITDA	327,1	493,6	-33,7%
(+/-) Provisão para contingências e outros (2)	8,1	(1,2)	
(+/-) Exclusão ICMS base PIS e COFINS (3)	(94,1)	-	
(+/-) Efeito líquido do valor justo de ativos biológicos (4)	0,6	7,9	-92,4%
(+/-) Baixa de imobilizado	-	0,7	-74,1%
(+/-) Compra vantajosa (5)	-	(70,6)	
EBITDA ajustado	241,7	430,4	-43,8%
Margem EBITDA	18,9%	31,2%	

- (1) Efeito da depreciação e amortização do ativo imobilizado e do direito de uso reconhecidos no resultado, além da exaustão do custo histórico do ativo biológico e da realização da mais-valia.
- (2) Efeito líquido da provisão para contingências decorrente da constituição de novos processos e as reversões do exercício. Em 2018, o montante inclui baixa de estoque por inventário.
- (3) Efeito da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS que não contempla a atualização monetária e dos impostos de renda e contribuição social que estão apresentados no resultado financeiro líquido e IRPJ/CSLL, respectivamente. O valor está líquido do PIS/COFINS, assessoria jurídica e PLR (participação nos lucros e resultados) proporcional.
- (4) Efeito líquido entre a variação do valor justo do exercício (preço/crescimento) e o valor justo da exaustão (venda/consumo). A variação refere-se basicamente às mudanças nas principais premissas: aumento de preço, queda da taxa da WAAC e aumento do volume pela conclusão dos inventários florestais realizados no último trimestre de 2019.
- (5) Efeito do ganho com compra vantajosa antes dos impostos (que está apresentado no IRPJ/CSLL) e líquido da PLR proporcional.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a) Resultado das operações da Companhia, em especial.

i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Em 2020, a receita líquida totalizou R\$ 1.622,0 milhões e cresceu 26,8% em relação a 2019, influenciada pelo acréscimo de 67,1% na receita do mercado externo e pela redução de 2,9% no mercado interno. Esse resultado deveu-se principalmente à valorização de 30,0% no dólar médio praticado, expansão de 20,4% no volume de vendas e à redução de 17,4% no preço médio, em dólar, dos principais produtos da Companhia.

O volume de vendas acumulado em 2020 alcançou 268,1 mil toneladas, um aumento de 20,4% em relação a 2019, resultado que reflete a contração de 9,9% nas vendas para o mercado interno e a expansão de 59,3% nas vendas para o mercado externo. Esse perfil de comercialização decorreu da queda na demanda nacional por todos os nossos produtos e, paralelamente, das ações compensatórias desenvolvidas para reduzir os impactos adversos.

O faturamento líquido total do mercado interno diminuiu 2,9% em comparação a 2019, com um recuo de 9,9% no volume comercializado de ferroligas no mesmo período analisado.

Já o mercado externo gerou 67,1% a mais de receita líquida em relação ao ano anterior, crescimento justificado pela expansão no volume de vendas de ferroligas (59,3%) e aumento das exportações de minério de cromo.

Em milhões de reais	2020	2019	Δ %
MERCADO INTERNO			
Ferroligas	596,2	591,5	0,8%
Energia eólica	82,7	93,9	-11,9%
Demais Produtos (*)	37,3	51,9	-28,1%
Total MI	716,2	737,3	-2,9%
MERCADO EXTERNO			
Ferroligas	839,8	517,5	62,3%
Demais Produtos (*)	66,0	24,7	167,2%
Total ME	905,8	542,2	67,1%
TOTAL (MI+ME)	1.622,0	1.279,5	26,8%
Dólar médio praticado (R\$/USD)	5,11	3,93	30,0%

(*) inclui receita com areia de cromita, cal, microsilica, madeira, escórias e minério de cromo.

ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Já informados anteriormente.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

O volume de vendas acumulado em 2020 alcançou 268,1 mil toneladas, um aumento de 20,4% em relação a 2019, resultado que reflete a contração de 9,9% nas vendas para o mercado interno e a expansão de 59,3% nas vendas para o mercado externo. Esse perfil de comercialização decorreu da queda na demanda nacional por todos os nossos produtos e, paralelamente, das ações compensatórias desenvolvidas para reduzir os impactos adversos.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Em 2020, a receita líquida totalizou R\$ 1.622,0 milhões e cresceu 26,8% em relação a 2019, influenciada pelo acréscimo de 67,1% na receita do mercado externo e pela redução de 2,9% no mercado interno. Esse resultado deveu-se principalmente à valorização de 30,0% no dólar médio praticado, expansão de 20,4% no volume de vendas e à redução de 17,4% no preço médio, em dólar, dos principais produtos da Companhia.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante.

(i) Impactos nos custos dos produtos vendidos

Comparativamente a 2019, os custos de produção das ligas em 2020 foram influenciados pela elevação de 6,7% no preço médio global da energia elétrica consumida (energia contratada junto à CHESF e no Mercado Livre), bem como pelos custos com encargos setoriais (ESS, CDE) e linhas de transmissão. Como efeito compensatório, substituiu-se parte da energia contratada no Mercado Livre por novas contratações de menor preço, além da aquisição de volumes adicionais, ambas realizadas no mercado spot, em aproveitamento ao baixo nível do PLD.

O custo de produção do ferrocromo alto carbono foi beneficiado pelo aumento da produção e pela utilização de um mix de minério de cromo com melhor rendimento metalúrgico, que proporcionou a melhoria nos consumos específicos de energia elétrica e demais matérias-primas. Outro destaque foi o controle mais efetivo do processo de suprimento do coque, como reflexo da parceria estratégica firmada entre a FERBASA e um fornecedor da Colômbia.

Houve melhora no custo de produção do ferrocromo baixo carbono, em decorrência do aumento da produção, preço de aquisição e menor número de quebras do eletrodo de grafite, além de alguns progressos no desempenho dos fornos.

No ferrossilício, observou-se um aumento no custo global de produção, impactado principalmente pela mudança no mix de produção, em favor da produção de FeSi HP, liga mais eletrointensiva, porém de maior valor agregado, graças à mudança da estrutura produtiva propiciada pelo pleno funcionamento da 2ª casting machine.

Em milhões de reais	2020	%RL(*)	2019	%RL(*)
Ferroligas	1.024,5	71,3%	863,4	77,9%
Energia eólica	65,8	79,6%	61,8	65,8%
Demais produtos (i)	86,5	83,7%	68,7	89,7%
Subtotal produtos	1.176,8		993,9	
Exaustão do ativo biológico	32,0		42,6	
Capacidade ociosa	5,4		20,3	
Outros	10,1		6,2	
Subtotal outros	47,5		69,1	
Total geral	1.224,3		1.063,0	
%Receita líquida	75,5%		83,1%	

(*) considera os percentuais de CPV pela RL de cada produto. (i) Incluem custos para os produtos: minério de cromo (tipo Lump para exportação), areia de cromita, cal, microsilica, madeira e escórias.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**(ii) Impactos no resultado financeiro**

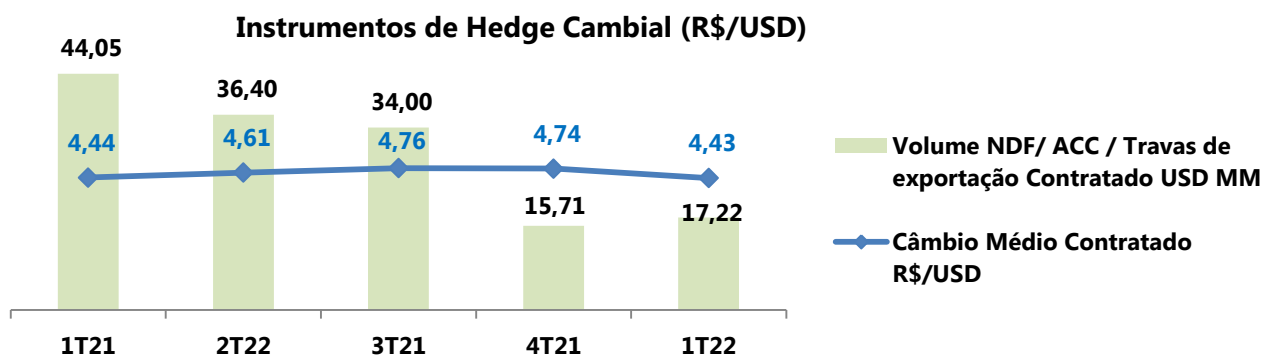
Resultado financeiro	2020	2019	Δ %
Desempenho financeiro			
Receita financeira	20,0	103,2	-80,6%
Despesa financeira	(39,1)	(48,9)	-20,0%
Variação cambial líquida	(3,2)	(4,3)	-25,6%
Subtotal	(22,3)	50,0	-
Resultado hedge Liquidados	(184,7)	26,1	-
Total geral	(207,0)	76,1	-

A tragédia mundial causada pela pandemia afetou profundamente as condições operacionais do mercado financeiro e de capitais, principalmente, no que se refere ao nível exorbitante de instabilidade observado em variáveis como taxas de câmbio, preços de commodities, custo de operações financeiras, e o comportamento das bolsas de valores.

Com a aversão internacional ao risco em alta, a fuga de capitais do Brasil, reflexo da redução na taxa básica de juros adotada pelo Governo Federal para estímulo da atividade econômica, e das preocupações com o quadro fiscal do País, potencializaram a desvalorização cambial do real frente ao dólar da ordem de 29,3% em 2020.

O resultado financeiro do 4T20 foi de R\$ 52,1 milhões negativos, frente aos R\$ 69,4 milhões negativos do 3T20 e aos R\$ 8,0 milhões negativos registrados no 4T19. Em 2020, totalizamos R\$ 207,0 milhões negativos, frente aos R\$ 76,1 milhões positivos registrados em 2019. Vale ressaltar que a receita financeira de 2019 foi impactada pelo reconhecimento da atualização monetária da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, no montante de R\$ 81,0 milhões.

O principal impacto em 2020 foi o resultado negativo de R\$ 184,7 milhões em instrumentos de hedge cambial (NDFs, travas cambiais e ACCs), reflexo da diferença entre a taxa média contratada de R\$/USD 4,26 e a efetivamente praticada de R\$/USD 5,39. No gráfico abaixo apresentamos a posição contratada em 31/12/2020.



10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**a) Introdução ou alienação de segmento operacional.**

Investimentos relacionados ao empreendimento denominado "Complexo Guirapá", composto por sete parques eólicos denominados "Centrais Eólicas", que têm como objetivo a exploração do ramo de geração de energia elétrica como produtora independente, sendo localizadas nos municípios de Pindaí e Caetité no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), no âmbito do Leilão de Reserva – 2011 ("LER 2011"), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), no ambiente regulado com a CCEE, por meio do qual venderão toda sua produção de energia elétrica, por um prazo de 20 (vinte) anos.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Em 2018, a Cia de Ferro Ligas da Bahia – FERBASA S.A., a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. e a Brazil Wind S.A. celebraram um contrato de compra e venda de 100% das ações de emissão da BW Guirapá I S.A. ("BW Guirapá"), o que inclui indiretamente a aquisição de 100% das ações das sete Centrais Eólicas do Complexo Guirapá. A compra está em linha com o Planejamento Estratégico da Companhia e visa garantir e implementar melhorias no processo e ciclo produtivo da Companhia.

O Complexo Eólico Guirapá está localizado no Estado da Bahia, possui capacidade instalada total de 170,2 MW, prazo de autorização de funcionamento de 35 anos e energia contratada por 20 anos, por meio do Leilão de Energia de Reserva realizado em 2011, cujos contratos expiram em 2034.

A seguir, um resumo das características operacionais de cada uma das Centrais Eólicas:

Central Eólica	Capacidade instalada (MW) (*)	1ª Portaria de Autorização do MME ⁽¹⁾	Energia contratada 1º quadriênio (MWmed) ⁽³⁾	Energia contratada 2º quadriênio (MWmed) ⁽³⁾	Energia contratada 3º quadriênio (MWmed) ⁽³⁾	Preço inicial do Contrato (R\$/MWh)	Preço atualizado (R\$/MWh) ⁽²⁾
Angical	12,95	37, de 03/02/2012	6,0	5,6	5,6	99,98	159,55
Caititu	22,2	54, de 09/02/2012	10,5	10,5	10,4	99,98	159,55
Coqueirinho	29,6	53, de 09/02/2012	13,5	13,4	13,4	96,97	154,75
Corrupião	27,75	70, de 22/02/2012	13,7	12,9	12,9	96,97	154,75
Inhambu	31,45	69, de 22/02/2012	15,5	15,5	15,5	96,97	154,75
Tamanduá		52, de 09/02/2012	13,6	13,2	13,2	96,97	154,75
Mirim	29,6	36, de 03/02/2012	8,2	7,7	7,7	99,98	159,55
Teiú	16,65						
	<u>170,2</u>		<u>81,0</u>	<u>78,8</u>	<u>78,7</u>		

(*) Conforme Portaria de Autorização MME.

(1) Autorizada a se estabelecer como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 35 anos desde a 1ª Portaria do MME – Ministério de Minas e Energia. A 2ª Portaria alterou as características técnicas para adequar a realidade dos parques.

(2) Valor atualizado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") desde julho de 2011. Valores atualizados pela CCEE data-base agosto de 2020.

(3) Conforme contrato de compra e venda, o 1º quadriênio foi finalizado em junho de 2019, o 2º quadriênio foi finalizado em junho de 2020 e o 3º quadriênio teve início em julho de 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Em 6 de fevereiro de 2018, a Superintendência Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) aprovou, sem restrições, a operação de compra. O processo de aquisição foi concluído em 2 de abril de 2018, após todas as condições precedentes e legais da operação terem sido atendidas. A partir desta data, a Companhia passou a deter o controle direto da BW Guirapá e a titularidade de todas as ações.

Em 2 de abril de 2018, o preço de aquisição (contraprestação transferida) foi remensurado totalizando R\$489.184, considerando: (i) a atualização monetária pelo CDI montou R\$469.128, sendo R\$321.371 pago em transferência bancária nesta data e R\$156.376 registrados na rubrica de Obrigações com aquisição de controlada a serem pagos em 3 parcelas, corrigidas também pela taxa CDI mais 1% a.a.; (ii) o incremento no preço decorrente de negociações com fornecedores no montante de R\$ 17.906, sendo R\$ 8.619 pagos e R\$ 9.207 a serem pagos também em 3 parcelas; e (iii) a contraprestação contingente (earn-out payment) de R\$2.150. Cabe ressaltar que esses ajustes estão dentro do período de mensuração, conforme previsto no CPC 15. (vide nota explicativa nº 22 das Demonstrações Financeiras de 2018)

Conforme mencionado, o Preço de Aquisição poderá sofrer acréscimo de até R\$40.000 corrigidos pelo IPCA sob a forma de contraprestação contingente (earn-out payment), se o desempenho do Complexo Guirapá, apurado até dezembro de 2021, exceder a referência mínima assumida de 79,44 MW médios, limitada a 85MW médios. Desta forma, a Administração da Companhia, com base na avaliação das projeções de performance, concluiu que deveria incluir no valor do preço de compra uma contraprestação contingente estimada em R\$2.150, conforme citado. Para 31 de dezembro de 2021, a Companhia atualizou a estimativa estornou a contraprestação pois verificou que a projeção de geração não ultrapassaria o mínimo requerido no contrato de compra e venda.

Esta aquisição resultou em uma combinação de negócios, uma vez que a Companhia passou a deter o controle da BW Guirapá. De acordo com o CPC 15 (R1) – Combinações de Negócios, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos assumidos na data de aquisição junto aos antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida.

A aquisição da BW Guirapá teve efeito a partir de 2 de abril de 2018. Com isso, os efeitos desta aquisição afetaram o resultado consolidado das operações da Companhia a partir desta data, sendo que o patrimônio líquido da BW Guirapá foi avaliado pelo seu valor justo em 31 de março de 2018 com base no laudo econômico financeiro, emitido por empresa de avaliação independente.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

A tabela a seguir apresenta o cálculo do valor justo dos ativos e passivos da compra da BW Guirapá na data de aquisição:

Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	564.327
Custo total da aquisição	489.184
Ganho bruto por compra vantajosa	<u>75.143</u>
(-) Efeito tributário	<u>(25.548)</u>
Ganho líquido por compra vantajosa	<u><u>49.595</u></u>

No período de 1º de abril de 2018 a 31 de dezembro de 2018, a receita líquida e o prejuízo do período gerados pelo Complexo Guirapá e incluídos nas informações financeiras consolidadas do resultado da Companhia representam R\$ 71.105 e R\$ 12.834, respectivamente.

Em setembro de 2019, a Companhia liquidou antecipadamente o saldo devedor de R\$137.000, referente ao preço de aquisição do Complexo Eólico BW Guirapá, junto aos respectivos vendedores, o qual seria pago em 2 (duas) parcelas anuais (2020 e 2021), a um custo financeiro de CDI +1% a.a., sem incorrer em penalidades ou de qualquer compensação financeira e assumiu uma nova dívida, de mesmo valor, com o Banco Bradesco S.A., que será paga em um prazo maior, 5 (cinco) parcelas anuais (2020 a 2024), a um custo financeiro menor de CDI +0,7% a.a. (vide nota explicativa nº 21 das Demonstrações Financeiras de 2019). Os saldos remanescentes das obrigações com a aquisição de controlada se referem à contraprestação contingente (earn-out payment) de R\$2.284 e R\$4.978 de negociação com fornecedores (vide nota explicativa nº 17.1 das Demonstrações Financeiras de 2019). Para 31 de dezembro de 2020, o saldo remanescente é de R\$ 4.978 por conta da reversão da contraprestação contingente.

c) Eventos ou operações não usuais.

Não ocorreram eventos ou operações não usuais.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**a) Mudanças significativas nas práticas contábeis.****CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil**

Para o exercício de 2019 (adoção inicial), a norma tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários, reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma: (i) contrato com prazo inferior ou igual a doze meses; e (ii) possua valor imaterial, tenha como base valores variáveis ou prazo indeterminado.

A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Direito de uso em arrendamento

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Arrendamentos a pagar

Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usam tanto na mensuração inicial quanto na remensuração taxas nominais observáveis.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Para o exercício de 2018 não houve mudança significativa nas práticas contábeis.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.**

O efeito foi o reconhecimento do ativo de arrendamento e do passivo de arrendamento a partir de 01 de janeiro de 2019 por conta do CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil. Não houve mudança significativa para 31 de dezembro de 2018.

Direito de Uso

A movimentação do direito de uso, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi a seguinte:

	Consolidado			
	Máquinas e equipamentos	Terrenos	Edificações	Total
<u>Custo</u>				
Adoção inicial 01/01/2019	27.014	7.338	139	34.491
Adições	28.003	2.983	12	30.998
Remensuração	370	(155)	3	218
Custo em 31/12/2019	<u>55.387</u>	<u>10.166</u>	<u>154</u>	<u>65.707</u>
Adições	12.822	-	-	12.822
Remensuração	2.946	1.987	32	4.965
Custo em 31/12/2020	<u>71.155</u>	<u>12.153</u>	<u>186</u>	<u>83.494</u>
<u>Depreciação</u>				
Depreciação em 31/12/2019	(15.814)	(309)	(32)	(16.155)
Adições no exercício	(24.810)	(490)	(36)	(25.336)
Depreciação em 31/12/2020	<u>(40.624)</u>	<u>(799)</u>	<u>(68)</u>	<u>(41.491)</u>
Saldo líquido em 31/12/2019	39.573	9.857	122	49.552
Saldo líquido em 31/12/2020	30.531	11.354	118	42.003

Os montantes reconhecidos de adições e remensuração no montante individual de R\$15.768 (2019, R\$28.373) e consolidado de R\$17.787 (2019, R\$31.216) não afetaram as demonstrações de fluxo de caixa e parte da depreciação do direito de uso em arrendamento no montante de R\$3.133 (2019, R\$2.930) foi apropriado no custo do estoque.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfasesArrendamento a pagar

A movimentação do passivo de arrendamento, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi a seguinte:

	Consolidado			
	Máquinas e equipamentos	Terrenos	Edificações	Total
Adoção inicial 01/01/2019	27.014	7.338	139	34.491
Adições	28.003	2.983	12	30.998
Remensurações	370	(155)	3	218
Pagamentos	(17.160)	(711)	(33)	(17.904)
Realização AVP	556	36	1	593
Saldo em 31/12/2019	38.783	9.491	122	48.396
Adições	12.822	-	-	12.822
Remensuração	2.946	1.987	32	4.965
Pagamentos	(25.979)	(752)	(37)	(26.768)
Realização AVP	1.632	91	4	1.727
Saldo em 31/12/2020	30.204	10.817	121	41.142
Circulante				21.188
Não circulante				19.954

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor.

Não existem ressalvas ou parágrafos de ênfase no parecer dos auditores independentes para os exercícios de 2020, 2019 e 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Principais fontes de julgamento e estimativas:

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 5 das Demonstrações Financeiras de 2020.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

- a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Não mantemos qualquer operação, contrato, obrigação ou outros tipos de compromissos em sociedades cujas demonstrações financeiras não sejam consolidadas com as nossas ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante, presente ou futuro, nos nossos resultados, em nossa condição patrimonial ou financeira, receitas ou despesas, liquidez, investimentos, caixa ou quaisquer outras não registradas em nossas demonstrações financeiras.

- b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas nossas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

- a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas nossas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

- b) Natureza e o propósito da operação.

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas nossas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

- c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas nossas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a) Investimentos, incluindo.

i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 2020, visando o enfrentamento do cenário de incertezas da pandemia, a Ferbasa adotou uma posição mais cautelosa para preservação do caixa e restringiu os seus investimentos em projetos de otimização das operações e estratégicos. No decorrer de 2020, 2019 e 2018, a FERBASA investiu R\$ 52,9 milhões, R\$ 116,2 milhões e R\$ 91,3 milhões, respectivamente, segregados por unidade de negócio.

O desempenho do Projeto Hard Lump na Mineração teve fundamental importância durante o período, proporcionando um volume recorde na exportação de minério de cromo.

No geral, os principais investimentos do período foram a manutenção do ativo biológico na Florestal (corresponde a 75,6% do investimento da unidade, e 28,7% do investimento total da Companhia) e a renovação de máquinas e equipamentos e desenvolvimento de mina (corresponde a 91,7% do investimento da unidade da Mineração e 25,1% do investimento total de 2020).

<i>Em milhões de reais</i>	Metalurgia	Mineração	Florestal	Energia eólica	2020	2019
Máquinas e equipamentos	5,9	7,9	1,3	3,7	18,8	59,0
Ativo biológico	-	-	15,2	-	15,2	26,5
Edificações	4,9	0,9	1,5	-	7,3	13,7
Minas	-	5,4	-	-	5,4	11,0
Veículos e tratores	0,9	0,1	0,1	-	1,1	0,5
Móveis e utensílios	0,3	0,1	-	-	0,4	0,8
Informática, intangível e outros	2,4	0,1	2,0	0,2	4,7	4,7
Total	14,4	14,5	20,1	3,9	52,9	116,2

O Complexo Guirapá foi adquirido em 2 de abril de 2018 pela custo total de R\$ 489.184. A aquisição da BW Guirapá inclui indiretamente a aquisição de 100% das ações das sete Centrais Eólicas do Complexo Guirapá. O Complexo Eólico Guirapá está localizado no Estado da Bahia, possui capacidade instalada total de 170,2 MW, prazo de autorização de funcionamento de 35 anos e energia contratada por 20 anos, por meio do Leilão de Energia de Reserva realizado em 2011, cujos contratos expiram em 2034.

Os investimentos previstos e aprovados para o triênio 2020-2022 totalizam R\$ 375 milhões para Metalurgia, Minerações, Silvicultura, Coque, Energia e Corporativo.

ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos são financiados com recursos próprios gerados pelas operações da Companhia, com a utilização de recursos de terceiros, de acordo com a Política de Risco Financeiro.

iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

- b) **Aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.**

Não houve nos exercícios de 2020, 2019 e 2018.

- c) **Novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.**

Não houve nos exercícios de 2020, 2019 e 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia que não tenham sido identificados ou comentados nesta seção.